



RESOLUÇÃO Nº 01, DE 16 DE MAIO DE 2016.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

O COLEGIADO DO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO DO IPEA designado pela Portaria IPEA nº 259, de 30 de setembro de 2015, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento do Curso instituído pela Portaria nº IPEA nº 090, de 15 de abril de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento – curso de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pela Portaria MEC nº 271, de 09 de abril de 2013, nos termos do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º O Projeto pedagógico objeto desta Resolução se aplica às turmas iniciadas a partir do ano de 2016.

ALEXANDRE DE ÁVILA GOMIDE

ARISTIDES MONTEIRO NETO

EDISON BENEDITO DA SILVA FILHO

FELIX GARCIA LOPEZ JUNIOR

JÚNIA CRISTINA PERES RODRIGUES DA CONCEIÇÃO

LUCIANA DE BARROS JACCOUD

MARCO ANTONIO FREITAS DE HOLLANDA CAVALCANTI



PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

1. INTRODUÇÃO

A institucionalização de um programa de disseminação do conhecimento na forma de um Mestrado Profissional com foco em Políticas Públicas e nas questões referentes ao desenvolvimento socioeconômico decorre da exploração das amplas sinergias existentes entre pesquisa e ensino profissionalizante. Os 50 anos do Ipea dedicados à pesquisa aplicada e à avaliação de políticas públicas, envolvendo um amplo leque de temáticas, tornaram a instituição apta para desenvolver atividades de ensino e capacitação de natureza profissional para o setor público brasileiro. Esses profissionais deverão ser capacitados de forma avançada para formular, implementar e avaliar políticas públicas, com instrumental teórico e analítico rigoroso para captar a complexidade do desenvolvimento e das ações de governo.

A expansão e a melhoria da qualidade dos serviços, políticas e programas governamentais têm exigido dos gestores e analistas de políticas públicas conhecimento histórico, político e econômico sobre o campo do desenvolvimento e suas relações com as políticas públicas, assim como dos métodos, ferramentas e instrumentos que operacionalizam esses conhecimentos.

Nesse sentido, o curso visa cobrir uma lacuna nos sistemas de formação profissional brasileiro, a saber, a inexistência de cursos que estabeleçam uma conexão adequada entre, de um lado, a visão multidimensional (econômica, política, social, territorial e ambiental) do fenômeno do desenvolvimento e, de outro, a capacitação necessária para a produção de políticas públicas. Dessa maneira, pretende-se atender a demanda pela formação de alto nível de recursos humanos, em particular no setor público brasileiro.

A área de concentração do Curso está voltada para a compreensão do papel do setor público no processo de desenvolvimento, as teorias, conceitos e modelos sobre os processos produção de políticas e programas voltados para o desenvolvimento, e as técnicas de avaliação da ação governamental. Objetiva compreender a configuração do Estado e suas funções em diferentes fases históricas, considerando a relação entre economia e política, tendo como enfoque principal as concepções teóricas no campo das ciências sociais aplicadas.

2. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar gestores, analistas e técnicos da Administração Pública brasileira para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, por meio do conhecimento interdisciplinar atualizado e de caráter aplicado que municiie esses profissionais com conceitos e instrumental analítico e metodológico adequado para a compreensão da complexidade do fenômeno do desenvolvimento socioeconômico no contexto contemporâneo.

Espera-se que o aluno, ao final do curso seja capaz de:

- Identificar os principais conceitos e abordagens teóricas do campo da economia e da política voltados para a compreensão da atuação do Estado;



- Entender as diferentes concepções e estratégias de desenvolvimento;
- Entender como o Estado, por meio das políticas públicas, influencia e conforma os processos de desenvolvimento;
- Conhecer e discutir as especificidades dos diferentes objetos das políticas públicas, aplicadas à realidade brasileira;
- Reconhecer os principais instrumentos e métodos de planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas;
- Reconhecer as principais metodologias de pesquisa aplicada no campo das políticas públicas;
- Aplicar os conceitos e técnicas adquiridas no seu campo de atuação profissional; e
- Desenvolver uma pesquisa aplicada ou projeto de intervenção no campo das políticas públicas, utilizando adequadamente a metodologia pertinente.

3. PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos pertencentes às carreiras estratégicas do Estado que atuam nas atividades de formulação, implementação e avaliação de políticas e programas governamentais.

4. CARGA HORÁRIA

O curso tem a duração total máxima de 24 meses perfazendo um total de 36 créditos em regime de dedicação parcial, acrescido do período de elaboração e apresentação do trabalho de conclusão do curso. Cada crédito corresponde a 15 horas-aula.

5. ESTRUTURA CURRICULAR

Para o alcance dos objetivos do Curso do Mestrado Profissional, os conteúdos e atividades didáticas estão organizados em um conjunto de disciplinas com três créditos cada, além das atividades de elaboração do trabalho de conclusão do curso.

A composição curricular mínima do Curso perfaz, assim, um total de 36 créditos, assim distribuídos:

- Dezoito créditos em disciplinas obrigatórias (básicas e metodológicas);
- Quinze créditos em disciplinas optativas (específicas);
- Três créditos em seminários de pesquisa.

Classificação	Disciplinas
Obrigatórias (disciplinas básicas)	Elementos de teoria econômica Estado e Políticas Públicas Desenvolvimento Comparado
Obrigatórias (disciplinas metodológicas)	Pesquisa Aplicada e Projetos de Intervenção Métodos Quantitativos de Pesquisa Métodos Qualitativos de Pesquisa



Optativas (disciplinas específicas)	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas Desenvolvimento Produtivo e Inovação Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Finanças Públicas Globalização e Inserção Internacional Planejamento Estratégico Governamental Política Social e Desenvolvimento Políticas de Infraestrutura Econometria Tópicos Especiais em Políticas Públicas e Desenvolvimento Laboratório de Políticas Públicas
--	---

Os três créditos correspondentes aos *Seminários de Pesquisa* serão integralizados a partir da participação do aluno em eventos congêneres oferecidos pelo IPEA, totalizando 25 horas-aula, e a realização de seminários presenciais com a orientação de um professor (cinco encontros de 4 horas-aula cada).

O *Trabalho de Conclusão do Curso* consistirá em pesquisa aplicada sobre temas compatíveis com os objetivos e conteúdos do Curso, que deverão necessariamente tratar de problemas ou questões relevantes e atuais. O trabalho poderá ter a forma de dissertação ou proposta de intervenção na realidade profissional do aluno, ambos a serem apresentados e defendidos em sessão pública.

7. PROGRAMA DO CURSO POR DISCIPLINA

i. Elementos e Teoria Econômica

Caráter: obrigatória

Objetivos de aprendizagem

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de:

- Compreender os conceitos básicos das teorias microeconômica e macroeconômica
- Identificar e discutir em caráter exploratório possíveis benefícios e custos associados a programas e políticas públicas;
- Acompanhar discussões de cenários e tendências macroeconômicas, sendo capaz de discutir em caráter exploratório as principais relações entre o ambiente macroeconômico do país e medidas de política pública.

Ementa

Conceitos básicos na análise econômica: "trade-offs", custo de oportunidade, sistemas de incentivos, vantagem comparativa e ganhos de comércio. Demanda, oferta e eficiência do mercado competitivo. Falhas de mercado e o papel do Estado. Mercados com informação imperfeita. Externalidades, bens públicos e recursos comuns. Custos de produção, economias de escala e escopo. Estruturas de mercado não competitivas e regulação. Tributação, eficiência e equidade. Contabilidade Nacional: PIB, PNB, PNL, PIB real e nominal. Identidades básicas das Contas Nacionais. Índices de preços e inflação. Poupança, investimento e o sistema financeiro. Mercado de trabalho e taxa de desemprego. Fluxos internacionais de bens, serviços



e capital. Taxa de câmbio nominal e real. Demanda agregada, oferta agregada e flutuações econômicas de curto prazo. Crescimento econômico no longo prazo: principais determinantes e impactos de políticas públicas.

ii. Estado e Políticas Públicas

Caráter: obrigatória

Objetivo(s) de aprendizagem

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de:

- Conhecer as principais perspectivas de explicação do funcionamento das instituições políticas brasileiras;
- Avaliar criticamente as fases do ciclo das políticas públicas, bem como as mudanças nos arranjos institucionais e nas capacidades do Estado nas últimas décadas.

Ementa

O que é Estado. Perspectivas teóricas sobre o Estado e suas políticas: marxismo, elitismo, pluralismo e neoinstitucionalismo. Estado e globalização. Transformações do Estado brasileiro: administração pública e burocracia (1930-2010). O sistema político brasileiro: presidencialismo de coalizão, federalismo, o poder legislativo, o poder judiciário, sistemas de controle e *accountability*. Participação política e sociedade civil. O conceito de capacidades estatais. Definições e tipos de política pública. Atores, ideias e instituições. As fases do processo de política pública. Definição da agenda. Os instrumentos de política pública. Processos decisórios. Implementação das políticas e o papel da burocracia. Estabilidade e mudança das políticas públicas.

iii. Pesquisa Aplicada e Projetos de Intervenção

Caráter: obrigatória

Objetivo(s) de aprendizagem:

Ao final da disciplina, o aluno deverá, com os conhecimentos desenvolvidos na disciplina, ser capaz de formular seu projeto de pesquisa para elaboração da dissertação ou projeto de intervenção – mesmo que este não tenha sido seu projeto de pesquisa originalmente proposto à seleção do mestrado.

Ementa:

O que é uma pesquisa aplicada. Tema, problema e pergunta de pesquisa. Objetos de pesquisa: empírico e teórico. É preciso estabelecer uma hipótese? O planejamento da pesquisa. Relação entre teoria, conceitos, métodos e evidências. Redação do projeto de pesquisa. Revisão de literatura. Identificação de fontes e coleta de dados. Desenvolvimento e fundamentação dos argumentos. Tipos de explicação. Redação do relatório de pesquisa e outras seções da monografia. Regras da ABNT para dissertações. O que é um projeto de Intervenção. Conceitos básicos: atores; agendas; recursos; interesses; "triângulo de governo"; "triângulo de ferro";



coalizões de "advocacy"; mapeamento de atores; viabilidades e apostas. O problema (oportunidade) objeto da intervenção. Explicando o problema: descrição e delimitação; explicação situacional; identificação das causas; atores sociais envolvidos, seus recursos e interesses; variáveis de contexto (indicadores). O objetivo da intervenção: situação inicial e situação objetivo; horizonte temporal da intervenção. Desenhando a intervenção ou um programa de ação (teoria do programa).

iv. **Desenvolvimento Comparado: história, teorias e políticas**

Caráter: obrigatória

Objetivo(s) de aprendizagem:

O objetivo da disciplina é capacitar o aluno a entender as diferentes concepções e estratégias de desenvolvimento e como o Estado, por meio das políticas públicas, influencia e conforma os processos de desenvolvimento, através de uma abordagem que conjugue a multidisciplinaridade e o pluralismo metodológico.

Ementa

O conteúdo da disciplina se estrutura em quatro eixos fundamentais: (i) história do estudo do desenvolvimento; (ii) teoria e conceitos elementares do desenvolvimento; (iii) dimensões e instrumentos de promoção do desenvolvimento; e (iv) experiências internacionais comparadas de desenvolvimento. Cada eixo será abordado de forma teórica e empírica, por meio de aulas expositivas e recursos audiovisuais, discussão de estudos de caso em sala e apresentação de seminários em equipe.

v. **Métodos Quantitativos**

Caráter: obrigatória

Objetivo(s) de aprendizagem:

A meta do curso é apresentar conceitos teóricos e ferramentas estatísticas relevantes para a análise de dados socioeconômicos, tendo por objetivo familiarizar os estudantes os principais instrumentos analíticos de dados e com os padrões de distribuição estatística mais empregados nas ciências sociais. Será dada ênfase na construção e análise de um banco de dados, com a aplicação do EXCEL e, em menor grau, do STATA. Assim, os estudantes serão instrumentalizados no manejo da planilha de dados e suas funcionalidades.

Ementa

Estatística Descritiva (medidas de posição e de dispersão), Probabilidade; Análise bidimensional e medidas de associação; Amostragem, Teste de hipóteses, Medidas de desigualdade e pobreza, Números índices, Correlação e noções de regressão linear simples. Principais indicadores estatísticos; indicadores eleitorais, educacionais, sociodemográficos, econômicos, ambientais. Interpretação e análise de dados quantitativos.



vi. Métodos Qualitativos

Caráter: obrigatória

Objetivo(s) de aprendizagem:

O objetivo da disciplina é levar o(a) aluno(a) a desenvolver sensibilidades e conhecimento de técnicas de pesquisa qualitativa aplicáveis à análise e à avaliação de políticas públicas. Ao final da disciplina, o(a) aluno(a) deverá ser capaz de:

- Situar criticamente a abordagem qualitativa em meio a pluralidade de abordagens de pesquisa que compõem as ciências sociais, compreendendo seus pressupostos epistemológicos;
- Compreender a contribuição de métodos qualitativos à análise e à avaliação de políticas públicas, assim como seus limites e possibilidades de articulação com outros métodos científicos;
- Reconhecer e utilizar diferentes técnicas de produção e de análise de dados qualitativos;
- Aplicar métodos qualitativos no desenvolvimento de projetos de pesquisa.

Ementa

As diferenças entre os métodos quantitativos e qualitativos: o debate contemporâneo. Métodos: estudo de caso em profundidade, análise comparativa qualitativa, etnografia, process tracing (rastreamento de processos). Estratégias de seleção: casos desviantes, típicos, positivos, negativos, máxima variação, conveniência. Técnicas de coleta de dados: observação participante, entrevista, grupos focais, análise documental. Análise de dados qualitativos: Identificação e interpretação de nexos causais, conceitualizações, construção de tipologias. Uso de softwares (Atlas.ti, NVIVO, HyperQual etc). Validação: triangulação de dados, análise por pares (peer debriefing) e validação por membros (member checking).

vii. Finanças Públicas

Caráter: optativa

Objetivo(s) de aprendizagem:

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de: discutir os principais conceitos acerca das finanças públicas e do federalismo fiscal brasileiro. Discutir sobre o papel do Estado na economia, as suas diversas atribuições, o comportamento fiscal dos entes federativos (União, estados e municípios) e a forma de financiamento da ação e da dívida públicas. Discutir instrumentos de ação pública no campo fiscal (receitas e despesas) e suas principais formas de análise: econômica e funcional. Aplicar metodologias adequadas no campo das finanças públicas.

Ementa



A disciplina trata do modo como o Estado se insere na economia, suas funções e o papel desempenhado pela política fiscal na política macroeconômica nacional. A partir de uma abordagem teórica básica são discutidos os principais dispositivos constitucionais e legais relativos às finanças públicas e os principais instrumentos de planejamento governamental: os planos plurianuais e o ciclo orçamentário. Avalia-se os vários tipos de tributos que compõem a carga tributária, a partilha dos recursos públicos entre os entes federativos e os vários tipos de gastos públicos. Considera-se os aspectos principais relativos a: composição das receitas, dos gastos e da dívida pública. Discute-se a reforma tributária e os impactos distributivos das políticas públicas brasileiras. A organização federativa do Estado Brasileiro implica, ainda, que o curso aborde o papel do governo federal e dos governos estaduais e municipais. Procura-se discutir a natureza dos arranjos federativos, das relações intergovernamentais e suas implicações sobre as finanças públicas. Em um estado federativo, a provisão de bens e serviços públicos se dá por intermédio dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal). Discute-se, assim, a estrutura de financiamento condizente com os deveres e responsabilidades de cada ente da federação.

viii. Desenvolvimento Produtivo e Inovação

Caráter: optativa

Objetivo(s) de aprendizagem:

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de: discutir os principais conceitos acerca das finanças públicas e do federalismo fiscal brasileiro. Discutir sobre o papel do Estado na economia, as suas diversas atribuições, o comportamento fiscal dos entes federativos (União, estados e municípios) e a forma de financiamento da ação e da dívida públicas. Discutir instrumentos de ação pública no campo fiscal (receitas e despesas) e suas principais formas de análise: econômica e funcional. Aplicar metodologias adequadas no campo das finanças públicas.

Ementa

A disciplina trata do modo como o Estado se insere na economia, suas funções e o papel desempenhado pela política fiscal na política macroeconômica nacional. A partir de uma abordagem teórica básica são discutidos os principais dispositivos constitucionais e legais relativos às finanças públicas e os principais instrumentos de planejamento governamental: os planos plurianuais e o ciclo orçamentário. Avalia-se os vários tipos de tributos que compõem a carga tributária, a partilha dos recursos públicos entre os entes federativos e os vários tipos de gastos públicos. Considera-se os aspectos principais relativos a: composição das receitas, dos gastos e da dívida pública. Discute-se a reforma tributária e os impactos distributivos das políticas públicas brasileiras. A organização federativa do Estado Brasileiro implica, ainda, que o curso aborde o papel do governo federal e dos governos estaduais e municipais. Procura-se discutir a natureza dos arranjos federativos, das relações intergovernamentais e suas implicações sobre as finanças públicas. Em um estado federativo, a provisão de bens e serviços públicos se dá por intermédio dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal). Discute-se, assim, a estrutura de financiamento condizente com os deveres e responsabilidades de cada ente da federação.



ix. Globalização e Inserção Internacional

Caráter: optativa

Objetivo(s) de aprendizagem:

O objetivo do curso é examinar a dinâmica da economia internacional e o funcionamento de sua estrutura normativa, com ênfase em relações e políticas internacionais, para capacitar o aluno a monitorar e avaliar os impactos de mudanças econômicas e institucionais no setor externo sobre as políticas públicas nacionais.

Ementa

A disciplina abordará os principais tópicos da economia política internacional contemporânea. Em particular, ela tratará da natureza e dos efeitos políticos e econômicos da globalização contemporânea; das dinâmicas recentes e teorias do comércio internacional; do sistema monetário e das finanças internacionais; do investimento estrangeiro direto e das empresas multinacionais; dos diferentes processos de integração regional e seus efeitos políticos e econômicos; das teorias e dos principais casos de instituições de governança global; da cooperação internacional para o desenvolvimento; e dos regimes, coalizões e alianças internacionais de uma forma geral. Visando aprofundar e contextualizar os debates desses tópicos, serão também apresentadas as principais teorias das relações internacionais que os permeiam.

x. Política Social e Desenvolvimento

Caráter: optativa

Objetivo(s) de aprendizagem:

Ao final da disciplina, espera-se que o aluno seja capaz de (i) conhecer e distinguir diferentes abordagens analíticas sobre políticas sociais e proteção social; (ii) descrever o processo de desenvolvimento e as características gerais dos tipos predominantes de sistemas de proteção social na experiência internacional; (iii) descrever o processo de desenvolvimento e as características gerais de desenvolvimento da proteção social brasileira, assim como conhecer a trajetória recente, relacionando-a com a evolução dos indicadores sociais no país. (iv) articular o tema do desenvolvimento social e desenvolvimento econômico. (v) conhecer os impactos distributivos das políticas sociais, incluindo os impactos territoriais. (vi) conhecer conceitos e instrumentos que possibilitem a análise integrada das políticas sociais brasileiras.

Ementa

Políticas sociais, proteção social, seguridade social e seguro social. Questão social, pobreza e desigualdade. Proteção social, mercado, Estado e família. Emergência das políticas sociais. Diferentes regimes de proteção social. Políticas sociais e proteção social no Brasil. Direitos sociais e seguridade social na Constituição de 1988. Evolução recente das políticas sociais



brasileiras. Políticas sociais e desenvolvimento. Federalismo e descentralização. Impactos sociais e econômicos. Desafios para as políticas sociais no Brasil.

xi. Desenvolvimento territorial e meio ambiente

Caráter: optativa

Objetivo(s) de aprendizagem:

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de, no âmbito do desenvolvimento territorial e meio ambiente, especificamente no que se refere à economia regional e urbana, ao desenvolvimento regional e à economia ambiental e ecológica:

- Identificar elementos teórico-conceituais relevantes para os problemas atuais;
- Articular teoria, realidade e interfaces entre os temas e as políticas públicas;
- Compreender, analisar e propor ações de políticas públicas territoriais, sendo capaz de discutir, especificamente:
 - a) As formas sob as quais se articulam (ou deveriam) as políticas públicas setoriais no território;
 - b) O debate sobre necessidade e propósito de abordagens que levem em consideração o território - seja no seu recorte urbano, seja no regional - nas políticas públicas;
 - c) Compreender e integrar a dimensão da sustentabilidade ambiental no desenho e proposição de políticas públicas;
 - d) Reconhecer e elaborar as interfaces da questão ambiental e o território objeto de políticas públicas.

Ementa

Este curso discute o papel do território e do meio ambiente no desenvolvimento das regiões (e nações) no contexto das políticas públicas, com o objetivo de promover conhecimento e reflexão acerca do desenvolvimento territorial com sustentabilidade ambiental. O conteúdo do curso fornece panorama preciso de conceitos da economia regional, urbana e ambiental, sua evolução histórico-institucional recente, bem como seus marcos legais para o caso brasileiro. Fundamentalmente, o curso discute as interfaces entre as questões territoriais e ambientais e propõe metodologias e conceitos para analisar os efeitos simultâneos, cruzados e superpostos dos resultados das políticas públicas sobre o território.

xii. Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas

Caráter: optativa

Objetivo(s) de aprendizagem:

Ao final da disciplina, a(o) mestrand(a) deverá:



- Dominar noções básicas da teoria da avaliação e seus requisitos para a aplicação às políticas públicas;
- Identificar virtudes e limitações das principais técnicas de monitoramento e avaliação;
- Associar a(s) técnica(s) mais indicada(s) ao contexto específico da avaliação que se propõe a fazer (tipo de informação disponível, público alvo da política a ser avaliada, regra de seleção dos beneficiários da política).

Ementa

Conceitos básicos. Lugar e importância do monitoramento e avaliação de políticas públicas. Trajetória dos sistemas de avaliação do Executivo Federal. Horizonte da avaliação: avaliação ex-ante; de processo e ex-post. Propósitos da avaliação, avaliação somativa e avaliação formativa. Tipos de avaliação: eficiência, eficácia, impacto (efetividade), sustentabilidade, custo-efetividade, satisfação do usuário, equidade. Detalhes das políticas e programas essenciais ao monitoramento e avaliação. Fluxo input→ processo→ produto→ resultado→ impacto. Desenvolvimento de medidas, coleta de dados e desenho da avaliação. Avaliação de processo. Monitoramento. Avaliação de impacto: conceitos; terminologia; ferramentas (uso de modelos de regressão); método experimental; métodos "quase-experimentais". Análise custo-benefício.

xiii. Planejamento Estratégico Governamental

Caráter: optativa

Objetivo(s) de aprendizagem:

Ao final da disciplina, espera-se que os(as) alunos(as) sejam capazes de:

- conhecer e distinguir diferentes conceitos e abordagens analíticas sobre planejamento, planejamento estratégico e planejamento estratégico de governo;
- descrever o processo histórico brasileiro de desenvolvimento do planejamento governamental de nível federal, bem como as características gerais e setoriais do planejamento em cada momento histórico e correspondentes paradigmas de desenvolvimento;
- estabelecer conexões entre o padrão de desenvolvimento e planejamento de cada momento histórico com alguns dos principais indicadores de desempenho global da economia brasileira e das condições sociais de sua população;
- articular adequadamente as dimensões e interfaces entre o planejamento governamental e as demais funções estatais contemporâneas, tais como a gestão pública, os sistemas de controle interno e externo, os sistemas de representação, participação e deliberação das políticas públicas, o circuito de financiamento e gastos das mesmas etc.;
- prospectar cenários possíveis e desejáveis para uma melhor articulação e coordenação interinstitucional de funções estatais em torno do planejamento público,



com vistas ao aperfeiçoamento das instituições republicanas brasileiras, e fortalecimento das capacidades estatais e governativas para o desenvolvimento nacional.

Ementa

Conceitos e relações entre Estado, Planejamento e Desenvolvimento. Processo Histórico do Planejamento Governamental no Brasil. Conceitos e relações entre Planejamento Governamental, Políticas Públicas, Gestão Pública, Finanças Públicas, Controle, Participação, Monitoramento, Avaliação. Conceitos e relações entre Capacidades Estatais e Instrumentos Governamentais para o Planejamento e o Desenvolvimento Nacional. Abordagem jurídico-institucional do planejamento federal (CF-1988, PPA, LDO, LOA, LRF etc.). Abordagem empírico-descritiva da relação entre planejamento e desenvolvimento no Brasil desde 1930. Análise Prospectiva do Planejamento Estratégico Governamental no Brasil.

xiv. Políticas de infraestrutura

Caráter: optativa

Objetivo(s) de aprendizagem:

Ao final da disciplina, espera-se que os(as) alunos(as) sejam capazes de compreender, de forma geral, todo o processo de política e gestão de infraestrutura, desde as questões de regulação econômica, o processo de planejamento governamental, a análise e elaboração de cada projeto, as formas de execução estatal, de financiamento e os conceitos e necessidades de gestão de riscos.

Ementa:

Regulação econômica e parcerias público-privado. Análise de projeto (EVTEA). Planejamento integrado. Execução estatal. Financiamento de projetos de infraestrutura de investidores privados. Gestão de riscos

xv. Econometria

Caráter: optativa

Objetivo(s) de aprendizagem:

Ao final da disciplina, espera-se que os(as) alunos(as) sejam capazes de:

- analisar estatisticamente as relações entre distintas variáveis econômicas e sociais.
- conhecer as limitações de suas próprias inferências, os possíveis caminhos para contorná-las, e identificar tais limitações em trabalhos de terceiros.



Ementa

Métodos de estimação, propriedades de estimadores e testes de hipótese. Modelo de regressão linear simples: estimação e testes de hipótese. Modelo de regressão linear múltipla: estimação e inferência. Modelo de regressão linear múltipla: transformação de variáveis e variáveis *dummy*. Modelo de regressão linear múltipla: análise de especificação. Regressores estocásticos, erros de medida e variáveis instrumentais.

xvi. Tópicos Especiais em Políticas Públicas e Desenvolvimento

Caráter: optativa

Os Tópicos Especiais não possuem ementas pré-definidas, pois visam proporcionar oportunidade de aprofundamento de conteúdos e métodos ligados às linhas de pesquisa do corpo docente e aos projetos de pesquisa do corpo discente do curso.

xvii. Laboratório de Política Pública

Caráter: optativa

Objetivos de aprendizagem:

A disciplina tem como objetivo permitir aos(as) alunos(as) fazer protótipos, simular e testar soluções de políticas públicas que respondam a problemas variados, nas distintas áreas de ação pública. Para tanto, serão manuseados dados e informações provenientes de distintas fontes de informação.

Ementa

Modelos de intervenção em políticas públicas; construção de cenários; prototipagem; inovação; método do caso; simulações em política pública.